



## Carta do Recife

Nós, participantes da 1ª. Conferência Regional sobre Determinantes Sociais da Saúde do Nordeste, reunidos na cidade do Recife de 2 a 4 de setembro de 2013,

Inspirados

Pela Constituição Federal do Brasil, segundo a qual “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Reconhecemos

Que o Nordeste apresenta grandes diferenças injustas e evitáveis nas condições de saúde, de vida e de trabalho entre indivíduos e grupos de sua população, cujos determinantes se ancoram no tripé racismo, sexismo e classe,

Que a diminuição dessas diferenças em decorrência de políticas públicas e da mobilização de seus cidadãos devem ser reforçadas,

Recomendamos,

Que as três esferas de governo fortaleçam seus esforços para o estabelecimento de políticas e programas promotores da equidade baseadas em uma estreita cooperação entre os diversos setores da administração pública, em sólidas evidências científicas e em ampla participação social para sua definição, implantação e avaliação,

Que a equidade nas condições de vida da população seja reconhecida como elemento fundamental do desenvolvimento regional sustentável e responsabilidade de todas as esferas e setores do governo;

Que a seca seja enfrentada a partir desses elementos de políticas de desenvolvimento regional;

Que as políticas de combate às iniquidades adotem novas formas de interação entre o governo, as organizações sociais e os cidadãos, assegurando processos transparentes e participativos de tomada de decisão sobre estas políticas;

Que se criem e fortaleçam espaços e oportunidades de participação democrática para que as populações sem voz frente ao Estado e à sociedade possam lutar pela garantia de seus direitos;

Que sejam repudiadas todas as formas de racismo e discriminação;

Que o trabalho em saúde seja valorizado como essencial no processo de garantia do direito à saúde;

Que as recomendações desta Conferencia sobre problemas que afetam grandes parcelas da população nordestina como acesso a água e saneamento, violência e uso de drogas nocivas á saúde, acesso a serviços de saúde de qualidade, segurança alimentar e nutricional, impactos negativos de grandes projetos de infraestrutura à saúde, ambiente e bem estar, entre outros, sejam implementadas através de políticas publicas;

Que devido às altas taxas de mortalidade por homicídio da juventude negra no Brasil e de forma alarmante no Nordeste, urge a implementação de políticas públicas integradas de enfrentamento deste grave problema de saúde pública;

Que se proceda a uma radical inversão do padrão de investimento público para o Nordeste na promoção da equidade entre as regiões brasileiras;

Que as políticas de promoção de direitos sejam consideradas como diretrizes estratégicas para as políticas públicas na Região;

Que se proceda a uma reforma política que favoreça o enfrentamento de problemas estruturais que impedem uma distribuição mais equitativa do poder e da riqueza;

Que o monitoramento e a prestação de contas de políticas e programas de ação sobre os Determinantes Sociais da Saúde sejam uma prática permanente baseada em indicadores adequados a cada contexto social e que as informações sejam acessíveis a todos interessados;

Que sejam fomentados estudos regulares de avaliação da efetividade e eficiência das diversas intervenções sobre os DSS;

E comprometemo-nos,

A seguir atuando em todos os setores de atividade onde estamos engajados para que as recomendações desta Conferência sejam efetivamente implementadas em prol de uma sociedade mais justa e solidária para todos os nordestinos.